

Defesa de ex-secretário de habitação nega acusações

Polícia Civil aponta irregularidades no armazenamento de armas apreendidas

Por Gabriel Rattes

A defesa de Guilherme Gonçalves afirmou, em nota oficial, que o investigado “nega de forma veemente todos os fatos que lhe são imputados” e sustenta que não há provas que sustentem a acusação de estupro de vulnerável. Os advogados também declararam que as armas apreendidas durante a operação estariam regularmente registradas, já que ele possui licença de CAC (Colecionador, Atirador e Caçador), com documentação ativa.

O caso é investigado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV). Segundo a polícia, apesar de o preso possuir licença de CAC, o armazenamento do armamento estaria em desacordo com a lei.

Entenda o caso

O ex-secretário de Habitação e Regularização Fundiária e Interesse Social de Petrópolis, Guilherme Gonçalves, foi preso na última sexta-feira (20), no Centro do município, por suspeita de estupro de vulnerável contra uma criança de oito anos. Segundo as investigações, ele possuía convívio com a vítima e teria utilizado



Divulgação

Itens apreendidos na casa do ex-secretário de habitação

essa relação de proximidade para cometer o abuso.

Durante as buscas no gabinete do então secretário e em endereços ligados a ele, a polícia também apreendeu cinco armas — entre elas dois fuzis — além de carregadores municiados, munições e aparelhos eletrônicos.

O ex-secretário já havia sido denunciado anteriormente pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pelos crimes de extorsão e associação criminosa.

Defesa fala em presunção de inocência

Na nota, os advogados destacam que a Constituição Federal garante a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa. A defesa também afirma que não se pode associar automaticamente a condição legal de CAC à prática de crime.

“A tentativa de associar a condição legal de CAC à prática de ilícitos ou de utilizar a existência de armamento regular como elemento de reforço acusatório constitui grave distorção da rea-

lidade fática. A defesa confia que a apuração técnica, imparcial e responsável dos fatos resultará no reconhecimento da inocência de Guilherme Moreira, repudiando-se qualquer forma de condenação antecipada, exposição indevida de sua imagem e honra”, diz um trecho da defesa.

O que diz a Polícia Civil

Em resposta à reportagem, a corporação informou que foi cumprido mandado de prisão temporária contra o investigado

pelo crime de estupro de vulnerável. Segundo a DCAV, apesar de o preso possuir licença de CAC, o armazenamento do armamento estaria em desacordo com as normas previstas no Decreto nº 11.615/2023 e na Portaria nº 166 do Exército Brasileiro.

A Polícia Civil informou ainda que a Justiça converteu a prisão em flagrante em preventiva. Isso significa que o investigado permanecerá preso enquanto o processo segue em andamento. O caso segue sob investigação.

Exoneração

Em nota publicada nas redes sociais, a Prefeitura de Petrópolis informou que, ao tomar conhecimento da prisão e da gravidade da denúncia, realizou a exoneração imediata de Guilherme do cargo.

Segundo o comunicado, os fatos denunciados não teriam relação com a atividade desempenhada por ele na função pública. A gestão municipal declarou que não compactua com condutas que violem a integridade física, moral ou psicológica de qualquer pessoa e manifestou repúdio aos atos denunciados.

A Prefeitura afirmou ainda confiar no trabalho das autoridades competentes e se colocou à disposição para colaborar integralmente com as investigações.

Rua Nicarágua em estado de abandono

Por Leandra Lima

Moradores da Rua Nicarágua, na altura do nº 1040, no bairro Quitandinha relatam problemas com o estado de conservação da região. Segundo os relatos, a via sofre com a ausência de pavimentação e falta de capina há mais de um ano. Populares afirmam que a última intervenção de limpeza e manutenção no local ocorreu no início de 2025, e que tentativas de contato com a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep) não foram respondidas.

O morador Adriano Alves relata que a comunidade enfrenta problemas estruturais há cerca de 30 anos. “A rua é esburacada e abandonada há tempos, mas a situação se agravou. Eles afirmam, todas as vezes, que farão alguma coisa, mas nunca vão. Antigamente, pelo menos, a capina era feita. Antes, a rua já era malcuidada no sentido do asfalto, mas ao menos era limpa. Agora não é nem limpa: o mato tomou

conta e ela está toda esburacada, toda arrebentada”, afirmou.

Além da infraestrutura, o problema afeta o direito de ir e vir dos moradores, pois a passagem é considerada perigosa para o trânsito de pessoas. “Tá muito complicado. Tem criança, idoso, já reclamamos, mas não fazem nada. A rua é péssima, aí como tem uma ladeira, ela fica toda esburacada, é um buraco muito fundo que não passa carro, então a pessoa só consegue se locomover a pé”, disse.

Adriano contou ainda que há cerca de três anos os habitantes ficaram presos nas residências, sem possibilidade de acessar a outra passagem considerada boa, por conta de uma barreira. “Já aconteceu de cair uma barreira lá em cima, na casa da entrada da rua que impossibilitou a utilização do único acesso bom e aí ficamos presos”. O atual caminho também dificuldade acesso principalmente de idosos que moram na região. Outro receio são os acidentes com animais peço-



Arquivo Pessoal/ Adriano Alves

Moradores alegam dificuldades de locomoção no local

nhentos, devido à vegetação.

Olhar público

Adriano Alves relatou que o Poder Público já foi notificado e que sabe da necessidade de manutenção na região, porém, há cerca de um ano, nenhuma melhoria foi promovida. “O negócio é o descaso total com a rua, porque consta como calçada na Prefeitura. Mas ela é calçada

só nos extremos. O dinheiro usado pelo calçamento foi só nos extremos. O meio da rua continua sem calçamento”, enfatizou.

População à mercê

O Correio trouxe, na última semana, o caso do bairro Vila Rica, localizado em Itaipava, onde moradores relataram problemas com a pavimentação ao redor das lixei-

ras e acúmulo de lixo que levam à proliferação de roedores. A denúncia também mostrou que o poder público foi acionado, porém não efetuou medidas eficazes. Os dois casos descritos trazem à tona a fragilidade das políticas públicas para os mais vulneráveis.

Que os fazem se encaixar no conceito de “racismo ambiental”, onde a comunidade periférica não recebe a atenção necessária no que diz respeito a serviços essenciais, como infraestrutura e pavimentação. O termo entrelaça a falta de políticas públicas voltadas à população negra, indígena, latina e às minorias quando se trata de espaços na sociedade. Em sua maioria, esses grupos são afetados diretamente pela degradação ambiental, sendo expostos a riscos ambientais nocivos à saúde.

Após questionamento, a Comdep informou que o serviço de capina será realizado nos próximos dias. E ressaltou ainda que a Secretaria de Obras fará uma vistoria no trecho.